

Sarney garante que o PDS já pensa em mudar a Constituição

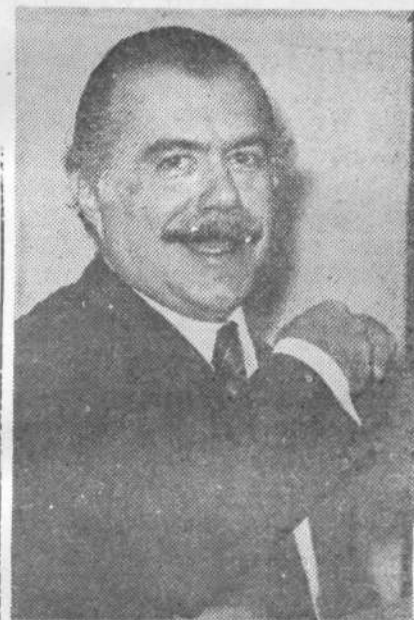
BRASÍLIA — Uma comissão intitulada de “alto nível” pelo presidente Nacional do PDS, senador José Sarney, destinada a estudar e propor uma ampla reforma da Constituição, será homologada pela Convenção Nacional Partidária, no dia 30 de novembro. Esta convenção se destina a eleger o Diretório Nacional, com o que o partido governista ficará apto a obter seu registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral, e deverá reeleger o senador José Sarney no cargo de Presidente que o ocupa desde a extinta Arena.

O senador Sarney já convidou, para integrar a Comissão, os juristas Afonso Arinos de Melo Franco e Miguel Reale. Em conversas reservadas com companheiros de partido, considerou que o diálogo que entabulou com os dirigentes dos partidos de oposição, “visando desobstruir os canais de comunicação dentro do Congresso”, objetiva também facilitar os entendimentos interpartidários para aprovação da reforma constitucional.

Ele não adiantou, contudo, o prazo previsto para a realização da reforma, sob a justificativa de que, uma vez fazendo parte do projeto político do Governo Figueiredo, com cronograma previamente fixado, o seu final dependerá de decisão do Conselho Político, tendo em vista também a posição do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, contrária a realização da reforma antes das eleições gerais de 1982.

O ministro Abi-Ackel entende que o novo texto constitucional tem que ser aprovado por um Congresso Nacional renovado nas urnas. O atual, no seu entender, ao término dos trabalhos da Comissão, em 81, já estará caduco; ele é mais representativo do bipartidarismo, enquanto que o próximo representará as diversas correntes de opinião partidária.

O senador Sarney, por sua vez, começou a defender a elaboração da reforma nas primeiras reuniões do comando político deste ano, no mês de março. Chegou, inclusive, a propor que ela se efetive através de um Ato Adicional. O senador maranhense não se opõe, contudo, à tese do ministro, concordando em que os estudos do PDS sobre a reforma fiquem “hibernando”, fun-



Sarney:
Reforma sim, Constituinte não

cionando como uma espécie de terapia ocupacional do PDS, até que o governo se decida a fazê-la.

Os pontos da Constituição a serem alterados, embora facilmente identificáveis, ainda não estão definidos. O presidente do PDS admitiu, por enquanto, que poderá começar com o expurgo da emenda número um, de 1969, outorgada pela Junta Militar que governou o País após a morte do presidente Costa e Silva, e terminar com a restituição do “quorum” qualificado de dois terços dos congressistas para aprovação de emendas à Carta.

♦ As declarações do “imortal” José Sarney são típicas de quem faz tudo para esvaziar os anseios de uma Constituinte livre e soberana, que o País necessita, para poder voltar à plena normalidade democrática.